

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.807 - SP (2020/0052705-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : JOSÉ COELHO RODRIGUES  
**ADVOGADO** : LUCIANE CRISTINA LEARDINE LUIZ DEL ROY - SP150758  
**RECORRIDO** : AGV LOGÍSTICA S/A  
**ADVOGADO** : ALINE CRISTINA BEZERRA GUIMARÃES - SP353809

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUJEITA AO NCPC. AÇÃO CONDENATÓRIA. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS. COBRANÇA DE VALE-PEDÁGIO. ART. 3º, § 2º, DA LEI Nº 10.209/01. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. TRIBUNAL ESTADUAL QUE RECONHECEU TER SIDO COMPROVADO O PAGAMENTO DO VALE-PEDÁGIO NOS TERMOS EM QUE ESTABELECIDO PELA LEI DE REGÊNCIA. REFORMA DO ENTENDIMENTO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

JOSÉ COELHO RODRIGUES (JOSÉ) ajuizou ação condenatória contra AGV LOGÍSTICA S.A. (AGV).

Narrou que é motorista e transportador autônomo, tendo prestado servidos de fretes para a demandada de 23/2/2010 a 1/6/2015, entretanto, a ré não pagou integralmente o vale-pedágio de volta, razão pela qual pretende o pagamento de referida verba, da multa legal, bem como a comprovação do recolhimento previdenciário incidente sobre os fretes.

Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente, sendo o autor condenado ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da gratuidade judiciária.

A apelação interposta por JOSÉ não foi provida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do acórdão relatado pelo Des. HERALDO DE OLIVEIRA, assim ementado:

*APELAÇÃO. Ação condenatória - Transporte rodoviário de cargas - Vale-Pedágio obrigatório – Pretensão do transportador*

*autônomo de que lhe sejam pagos valores referentes aos trechos de volta, quanto ao período em que prestou serviço transporte rodoviário à ré - Descabimento - Pagamento pelo embarcador ao transportador autônomo que corresponde ao trajeto de origem ao destino (artigo 3º, § 2º, Lei nº 10.209/2001), qual seja, trecho em que efetivamente se dá o serviço de transporte rodoviário da carga ( trajeto de ida) Inocorrência, por corolário, de violação pelo embarcador quanto ao cumprimento da Lei nº 10.209/2001, descabendo a indenização referente ao artigo 8º da mesma lei. Recolhimentos de contribuições previdenciárias (INSS). Apuração da correção ou não dos recolhimentos indicados que devem ser objeto de procedimento e vias próprias pela autarquia, que é a parte legitimada ativamente para tanto Sentença mantida Recurso não provido.( e-STJ. fl. 2429).*

Irresignado, JOSÉ interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 3º, § 2º da Lei n. 10.209/01. Sustentou, em síntese, que a lei estabelece que o embarcador deve pagar a quantia a ser despendida para a livre circulação do transportador entre sua origem e destino, e não entre a origem e o destino da carga.

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 2472/2485).

É o relatório.

DECIDO.

O atual inconformismo não merece provimento.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*

### **Da violação do art. 3º, § 2º da Lei n. 10.209/01**

O Tribunal bandeirante manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de pagamento de vale-pedágio e multa formulado por JOSÉ, adotando, para tanto, a seguinte fundamentação:

*De acordo com a Lei nº 10.209/2001, convém transcrever-se o que dispõe o seu artigo 3º, parágrafo 2º:*

*“§ 2º O Vale-Pedágio obrigatório deverá ser entregue ao transportador rodoviário autônomo no ato do embarque decorrente da contratação do serviço de transporte no valor necessário à livre circulação entre a sua origem e o destino.” Ou seja, os custos referentes ao valor de pedágio contemplam os trechos compreendidos entre a origem e o destino em que se dá o serviço de transporte, sendo o Vale-Pedágio entregue pelo embarcador ao transportador autônomo no ato do embarque da mercadoria.*

*Entenda-se como origem o ponto de embarque da carga e com destino, o local de entrega da mesma, ou seja, quando efetivamente se encerra o serviço de transporte.*

*O próprio artigo 1º da referida lei, por sua redação, deixa claro que o Vale-Pedágio obrigatório foi instituído para a utilização quanto às despesas de, grife-se, deslocamento da carga por meio de transporte rodoviário, isto é, enquanto realizado efetivamente o serviço de transporte da carga, considerando-se o trecho de ida (compreendido entre a origem de embarque da carga e sua entrega ao destino), mas não o trecho de volta, em que não há mais o transporte da carga, eis que já consumado.*

*[...]*

*De forma que não se verifica equívoco do magistrado na interpretação da lei em referência, não se sustentando a pretensão do autor ao pagamento de valores referentes aos trechos de volta do serviço de transporte prestado no período considerado, visto que a ré realizou corretamente o pagamento de valores referentes às viagens de ida, como admitido pelo requerente na própria inicial (vide fls. 02).*

*[...]*

*Na espécie, como já dito, a requerida teria cumprido o quanto lhe incumbia, no caso, incontroversamente foram pagos ao autor antecipadamente os valores de Vale-Pedágio referentes aos trechos entre a origem e o ponto de destino das cargas, em outras palavras, os trajetos de ida, não subsistindo a tese do requerente de que teria sido prejudicado (e-STJ, fls. 2.432/2.433, sem destaque no original)*

Pois bem.

Da leitura das razões acima transcritas, observa-se que o Tribunal bandeirante, analisando o conjunto fático-probatório delineado nos autos, reconheceu ter sido comprovado o pagamento do vale-pedágio nos termos em que estabelecidos pelo § 2º do art. 3º da Lei nº 10.209/01, de modo que a alterar tal entendimento encontra o óbice

no enunciado da Súmula n. do STJ.

**Do dissídio jurisprudencial**

A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que não é possível o conhecimento do recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial na hipótese em que o dissídio é apoiado em fatos e não na interpretação da lei. Isso porque a Súmula nº 7 do STJ também se aplica aos recursos especiais interpostos pela alínea c, do permissivo constitucional. Precedente: AgRg no Ag 1.276.510/SP, Rel. Ministro PAULO FURTADO (Desembargador Convocado do TJ/BA), DJe 30/6/2010.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios previstos no art. 85, § 2º e 11, do NCPC, por ter sido fixado no patamar máximo, na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 24 de março de 2020.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator